

a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito dos respectivos serviços:

- 1 — Conferir posse e assinar termos de aceitação;
- 2 — Justificar e injustificar faltas;
- 3 — Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;
- 4 — Autorizar deslocações em serviço;
- 5 — Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários ou agentes tenham direito, nos termos da lei;
- 6 — Adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, determinar os regimes de prestação de trabalho e autorizar os horários de trabalho específicos, observados os condicionamentos legais;
- 7 — Promover a verificação domiciliária da doença, nos termos dos artigos 33.º a 35.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- 8 — Promover a submissão dos funcionários e agentes a junta médica da ADSE, nos termos dos artigos 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- 9 — Conceder o estatuto de trabalhador-estudante e autorizar o gozo dos direitos e regalias inerentes a esse estatuto, nos termos do Código do Trabalho (artigos 79.º a 83.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e 147.º a 156.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho);
- 10 — Autorizar o abono antecipado de ajudas de custo;
- 11 — Autorizar despesas de representação da Polícia Judiciária até ao valor de € 100, no máximo mensal de € 500.

Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos que tenham sido praticados no âmbito dos poderes agora delegados ou que o venham a ser até à data da publicação do presente despacho.

16 de Julho de 2008. — O Director Nacional, *Almeida Rodrigues*.

MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Despacho n.º 19944/2008

Atendendo que a Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco é presidida por individualidade a nomear por despacho conjunto dos Ministros da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade Social, individualidade essa a quem compete, nomeadamente, a direcção e representação pública da Comissão Nacional e, considerando que, o respectivo mandato tem a duração de dois anos;

Considerando que o licenciado Armando Acácio Gomes Leandro possui competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções que tem vindo a desempenhar como presidente da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco e tendo em atenção os resultados valiosos obtidos no exercício dessas funções:

Determina-se:

1 — Renovar a nomeação, ao abrigo do disposto no artigo 2.º, n.º 1, alínea a), e n.º 2, do Decreto-Lei n.º 98/98, de 18 de Abril, do licenciado Armando Acácio Gomes Leandro para o exercício das funções de presidente da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 20 de Setembro de 2007, considerando-se ratificados todos os actos praticados até à data de publicação do presente despacho conjunto.

16 de Julho de 2008. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

Despacho n.º 19945/2008

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer funções de minha secretária pessoal Beatriz da Silva Cracel, assistente administrativa especialista, para o efeito requisitada à Direcção-Geral da Administração e Emprego Público.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Agosto 2008, ficando, deste modo, sem efeito o meu despacho n.º 8817/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 78, de 21 de Abril de 2005.

16 de Julho de 2008. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras*.

Louvor n.º 502/2008

Ao cessar funções como assessor do meu Gabinete, cargo para o qual o mestre Duarte Alexandre de Jesus Rodrigues foi nomeado pelo meu despacho n.º 93/2006, de 9 de Dezembro (2.ª série), manifesto o maior apreço pela excelência do trabalho que desenvolveu, designadamente no acompanhamento do Quadro Comunitário de Apoio III, na concepção do Quadro de Referência Estratégico Nacional e na montagem das suas estruturas de governação. São responsabilidades do Gabinete cujo cumprimento muito ficou a dever ao elevado nível de dedicação do Dr. Duarte Rodrigues e às grandes qualidades humanas e profissionais que revelou no seu desempenho.

Por estas razões, é digno do público louvor que aqui se presta.

1 de Julho de 2008. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras*.

Louvor n.º 503/2008

Ao cessar funções de secretariado e apoio ao meu Gabinete, cargo para o qual a técnica profissional especialista principal Ulda Maria Gonçalves de Matos Guerreiro foi nomeada por destacamento através do meu despacho n.º 8463/2005 (2.ª série), de 30 de Março, manifesto o maior apreço pela excelência do trabalho que desenvolveu, em resultado das suas grandes qualidades humanas e profissionais, incluindo o seu elevado nível de dedicação.

Por estas razões, é digna do público louvor que aqui se presta.

1 de Julho de 2008. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras*.

Louvor n.º 504/2008

Ao cessar funções como assessor do meu Gabinete, cargo para o qual o mestre Francisco António Couto Cipriano foi nomeado pelo meu despacho n.º 10 309/2006, de 9 de Março (2.ª série), manifesto o maior apreço pela excelência do trabalho que desenvolveu, designadamente no acompanhamento do Quadro Comunitário de Apoio III, na valorização da participação portuguesa no quadro da cooperação territorial europeia e na construção do Quadro de Referência Estratégico Nacional. São responsabilidades do Gabinete cujo cumprimento muito ficou a dever ao elevado nível de dedicação do Dr. Francisco Cipriano e às grandes qualidades humanas e profissionais que revelou no seu desempenho.

Por estas razões, é digno do público louvor que aqui se presta.

1 de Julho de 2008. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 19946/2008

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, prevê, no seu artigo 2.º, n.º 4, conjugado com o artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau, seja efectuado por selecção, de entre funcionários com quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação, e controlo;

Considerando que foi dado cumprimento ao estabelecido no artigo 21.º, da mesma lei;

Considerando que dos candidatos ao procedimento de selecção para provimento do cargo de chefe de divisão de Recursos Humanos, a licenciada Elisabete Cristina Lopes Costa é aquela que revelou possuir cumulativamente vasta formação profissional nas áreas de interesse para o lugar a prover; forte motivação e sentido de organização, capacidade de liderança e profundos conhecimentos das atribuições da Secretaria-Geral, conforme atesta, de resto, a nota curricular anexa ao presente despacho, do qual faz parte integrante;

Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril, artigo 4.º da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril e despacho

n.º 4468/2008, de 30 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 20 de Fevereiro;

Nomeio, em comissão de serviço, no cargo de Chefe de Divisão de Recursos Humanos, a licenciada Elisabete Cristina Lopes Costa, técnica superior principal do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral.

1 de Julho 2008. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Martins da Costa Fernandes*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: Elisabete Cristina Lopes Costa.
Naturalidade: S. Sebastião da Pedreira, Lisboa.
Data de nascimento: 27 de Novembro de 1976.

Habilitações académicas:

Pós-graduação em Contabilidade, Finanças Públicas e Gestão Orçamental, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, com a classificação final de 13 valores.

Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos e Organização Estratégica, pelo Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa, com a classificação final de 13 valores;

12.º ano do Curso Técnico-Profissional de Contabilidade e Gestão, com a classificação final de 12 valores;

Formação profissional:

Participação em diversos cursos, seminários e congressos a nível nacional nas áreas da gestão de recursos humanos:

Desenvolvimento de Modelos Organizacionais e Perfis Profissionais;

Técnicas de Avaliação de Desempenho;
Novo Regime de Avaliação do Desempenho — 2004;
Concurso de Pessoal na Administração Pública;
Auditoria de Recursos Humanos;
Balanced Scorecard;
na área da qualidade:
Estruturas e Avaliação da Qualidade — Aplicações Práticas da CAF;
3.º Encontro Europeu sobre a CAF;
Auditorias internas de Qualidade;

Na área do direito laboral:

Regime Jurídico do contrato individual de trabalho na Administração Pública;
Direito Administrativo.

Experiência profissional:

Chefe de Divisão de Recursos Humanos na Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, desde 1 de Fevereiro de 2008;

De 1 de Fevereiro de 2003 até 1 de Fevereiro de 2008, técnica de recursos humanos na Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Modernização e Qualidade da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;

De 1 de Novembro de 2000 até 1 de Fevereiro de 2003, técnica superior afecta ao Departamento de Ordenamento de Carreiras e Política Salarial da Direcção-Geral da Administração Pública (actual DGAEP);

Em 30 de Novembro de 1994 iniciou funções públicas na Escola Secundária Manuel Cargaleiro.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Aviso n.º 20854/2008

Nos termos do disposto no número 1, do artigo 5.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro, é constituída a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Baião, que integra um representante das seguintes entidades e serviços:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a qual preside;
Assembleia Municipal de Baião;
Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade;
Instituto da Água;
Administração de Região Hidrográfica do Norte, IP, assim que criada;

Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP — Delegação do Norte e Douro;

Instituto Nacional de Aviação Civil, IP;
ICP — Autoridade Nacional de Comunicações;
Administração Regional de Saúde do Norte, IP;
Direcção-Geral de Recursos Florestais — Circunscrição Florestal do Norte;

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte;
EP — Estradas de Portugal, E.P.E. (Direcção de Estradas do Porto);
REFER — Rede Ferroviária Nacional, EPE;
Direcção Regional de Economia do Norte;
Direcção-Geral de Energia e Geologia;
Direcção Regional da Cultura do Norte;
Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IP;
Direcção Regional de Educação do Norte;
Turismo de Portugal, IP;
Câmara Municipal de Baião;
Câmara Municipal de Amarante;
Câmara Municipal do Marco de Canaveses;
Câmara Municipal de Cinfães;
Câmara Municipal de Resende;
Câmara Municipal de Mesão Frio;
Câmara Municipal de Peso da Régua;
Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião;
Câmara Municipal de Vila Real.

17 de Julho de 2008. — O Presidente, *Carlos Cardoso Lage*.

Aviso n.º 20855/2008

Nos termos do disposto no número 1, do artigo 5.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro, é constituída a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Paredes, que integra um representante das seguintes entidades e serviços:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a qual preside;
Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.;
Administração de Região Hidrográfica do Norte, I.P., assim que criada;
Direcção-Geral de Energia e Geologia;
Direcção Regional de Economia do Norte;
Turismo de Portugal, I.P.,
Direcção-Geral de Recursos Florestais — Circunscrição Florestal do Norte;

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte;
Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.;
REFER — Rede Ferroviária Nacional, E.P.E.;
EP — Estradas de Portugal, E.P.E.;
Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.;
Direcção Regional de Educação do Norte;
Direcção Regional da Cultura do Norte;
Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.;
Assembleia Municipal de Paredes;
Câmara Municipal de Paredes;
Câmara Municipal de Paços de Ferreira;
Câmara Municipal de Lousada;
Câmara Municipal de Penafiel;
Câmara Municipal de Gondomar;
Câmara Municipal da Valongo;

17 de Julho de 2008. — O Presidente, *Carlos Cardoso Lage*.

Aviso n.º 20856/2008

Nos termos do disposto no número 1, do artigo 5.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro, é constituída a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Lamego, que integra um representante das seguintes entidades e serviços:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a qual preside;
Assembleia Municipal de Lamego;
Administração de Região Hidrográfica do Norte, IP, assim que criada;
Instituto da Água;
Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP;
Direcção Regional de Educação do Norte;
Direcção-Geral de Energia e Geologia;
Direcção Regional de Economia do Norte;
Direcção-Geral de Recursos Florestais — Circunscrição Florestal do Norte;
Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte;
EP — Estradas de Portugal, E.P.E. (Direcção de Estradas de Viseu);
Administração Regional de Saúde do Norte, IP;